

ÂNGELA COSTA MAIA • EUGÉNIA FERNANDES • GRAÇA PEREIRA • HENRIQUE  
BARRETO NUNES • JANUÁRIO TORGAL MENDES FERREIRA • JOÃO DE SOUSA  
• JOSÉ MANUEL LAGES • LUÍSA SALES • MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO •  
NORBERTO DO VALE CARDOSO • PEDRO DE PEZARAT CORREIA • TERESA MCINTYRE

# A GUERRA COLONIAL

## (1961-1974)

*Organização e introdução*  
*por*  
MANUEL GAMA

Centro de Estudos Lusíadas | Universidade do Minho  
BRAGA  
2006

Título A GUERRA COLONIAL (1961-1974)  
Organização MANUEL GAMA  
Edição CENTRO DE ESTUDOS LUSÍADAS / UNIVERSIDADE DO MINHO  
Depósito legal 250 324/06  
ISBN 972-99814-1-8  
Data de saída Novembro 2006  
Tiragem 300 exemplares  
Execução gráfica Barbosa & Xavier, Lda. - Artes Gráficas  
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31-A e C  
Tel. 253 263 063 - 253 618 916 • Fax 253 615 350  
email: barbosa.xavier@sapo.pt  
4700-385 BRAGA

## Percursos Africanos Femininos: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO  
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

*«Se a lei não tivesse feito calar as mulheres para todo o sempre,  
talvez elas, porque inventaram aquele primeiro pecado de que todos  
os mais nasceram, soubessem dizer-nos o que nos falta saber.»*

José Saramago, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*

*«Se eu fosse mulher,  
Teria de servir Deus, Pátria e Família  
e ficar à espera dos deveres  
sem poder dizer que o Diabo escolha.»*

Boaventura de Sousa, *Viagem ao Centro da Pele*

Na epopeia camonianiana os versos que precedem a fala do Velho do Restelo contra a «glória de mandar e a vã cobiça» falam das «mães, das esposas e das irmãs», cujas lágrimas banhavam a areia branca da praia de embarque<sup>1</sup>. Introduzindo, pela via feminina, o tom de disforia na epopeia narrada no poema, ao expor os lamentos e as dúvidas expressas pelas esposas e pela universal figura da *mater dolorosa*, Camões, ao mesmo tempo que sensibiliza o seu leitor para o sofrimento envolvido na gesta dos Descobrimentos, enaltece-os não somente enquanto aventura masculina de partida, mas também

---

<sup>1</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 89, Lisboa: Instituto Camões, 1992, p. 117.

enquanto aventura feminina das mulheres que ficavam e que, pela via do amor, questionavam a partida dos futuros heróis do mar.

«As mulheres cum choro piadoso,  
Os homens com suspiros que arrancavam.  
Mães, Esposas, Irmãs, que o temeroso  
Amor mais desconfia, acrescentavam  
A desesperação e frio medo  
De já nos não tornar a ver tão cedo.  
(...)  
Porque is aventurar ao mar iroso  
Essa vida que é minha e não vossa?  
Como por um caminho duvidoso,  
Vos esquece a afeição tão doce nossa?  
Nosso amor, nosso vão contentamento,  
Quereis que com as velas leve o vento?» (...)»  
«Nós outros, sem a vista alevantarmos  
Nem a mãe, nem a esposa, neste estado,  
Por nos não magoarmos ou mudarmos  
Do propósito firme começado,  
Determinei de assi nos embarcarmos,  
Sem o despedimento costumado,  
Que, posto que é de amor usança boa  
A quem se aparta, ou fica, mais magoa.»<sup>2</sup>

É sabido que ao longo das carreiras marítimas várias mulheres embarcaram rumo às terras do império. O pioneiro estudo de Charles Boxer revela-nos a sua insidiosa presença nas naus rumo ao Oriente<sup>3</sup>, bem como o importante estudo de Timothy Coates, que conjuga dois elementos periféricos, mas na realidade fundamentais no desenvolvimento dos impérios: degredados e órfãs<sup>4</sup>. Filhas da baixa nobreza

<sup>2</sup> Luís de Camões, *op. cit.*, Canto IV, 91 e 93, pp. 117-118.

<sup>3</sup> Charles Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975. *Cfr.* ensaios publicados nas actas do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: actas I e II, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995 e a revista *Oceanos*, «Mulheres do Mar Salgado», 21, Janeiro/Fevereiro, 1995.

<sup>4</sup> Timothy Coates, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa: CNCDP/INCM, 1998. Sobre as mulheres no império português ver ainda deste autor: «The Convent of Santa Mónica of Goa and Single Women in the Estado da Índia, 1550-1700», *Faces de Eva: Revista de Estudos Sobre a Mulher*, Vol. 8, 2002, pp. 67-82; «Female Colonization in Portuguese Asia», *Santa Barbara Portuguese Studies II*, 1995, pp. 40-56.

e normalmente residentes em instituições estatais e religiosas, estas mulheres eram posteriormente enviadas para as terras da Índia ou do Brasil para se casarem com homens nascidos em Portugal. A Coroa atribuía-lhes um dote que podia ser dinheiro, terras ou cargos burocráticos e, através da esperada descendência resultante desses casamentos, garantia uma presença a longo prazo e, portanto, uma efectiva colonização gerada por elementos originalmente metropolitanos. Outro grupo socialmente problemático, mas também fundamental na colonização, foram as prostitutas, que eram estimuladas a mudar de vida e a embarcar para Angola, para os «Rios de Sofala» ou para o Brasil. Apoiadas pelas instituições religiosas de caridade, que por sua vez se espalhavam por todo o império, estas mulheres – órfãs e prostitutas – foram as primeiras colonizadoras apoiadas pelo Estado e muito contribuíram para o sedimentar da colonização portuguesa. A par desta narrativa feminina civil do império há aquela que foi protagonizada pelas mulheres missionárias, que, por sua vez constituíram a base de apoio dos percursos imperiais femininos acima mencionados, e que até ao final do império tiveram um relevante papel, não só na sua relação com os colonos, mas também com as populações locais<sup>5</sup>. Também nas crónicas de batalhas travadas no norte de África, nomeadamente nas que relatam o desastre de Alcácer Quibir, é referida a presença de mulheres e até crianças destinadas a colonizar em família as terras que a vitória traria e que neste caso, perante a fatídica derrota, terminaram por padecer em cativo<sup>6</sup>.

Nas actas do congresso internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa*, realizado em Lisboa em 1994<sup>7</sup>, encontramos uma série

<sup>5</sup> *Cfr.* a título de exemplo Jorge Ribeiro, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto: Campo das Letras, 1999 os capítulos dedicados às mulheres.

<sup>6</sup> *Cfr.* «Era triste ver duzentas crianças de peito; e mais de oitocentos, entre mulheres, rapazes e raparigas, que tinham vindo na companhia dos maridos e pais, com a ideia de se fixarem na terra, trazendo abundância de correntes e cordas para atar prisioneiros mouros, quando serviram para os próprios cristãos, dos quais ficaram sete mil cativos, sem contar as duzentas crianças de peito e as oitocentas mulheres e seus filhos». «A Jornada de África», de um autor marsalhês, in Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, Lisboa: Guimarães Editores, 1994, p. 329. Ver também Isabel Drumond Braga, «Mulheres Cativas e Mulheres de Cativos em Marrocos no Século XVII», *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: actas I*, pp. 439-448.

<sup>7</sup> *Cfr.* ensaios publicados nas actas do Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: actas I e II, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995 e a revista *Oceanos*, «Mulheres do Mar Salgado», 21, Janeiro/Fevereiro, 1995.

de trabalhos que nos revelam o histórico rosto da mulher portuguesa que ficou, mas também das mulheres que partiram, começando assim a preencher-se o silêncio assinalado por Elaine Sanceau em «Mulheres Portuguesas no Ultramar». Neste ensaio a autora, referindo-se primeiramente às esquecidas histórias das mulheres portuguesas que habitavam na Índia portuguesa, acaba por alargar o seu discurso chamando a atenção para o esquecimento maior a que tinham sido votadas todas as «corajosas mulheres de Portugal, que acompanharam os maridos para onde quer que eles fossem – para África, para o Norte, Este e Oeste, para o Brasil, para a Índia e para o extremo Oriente»<sup>8</sup>. Muitos dos textos reunidos nas actas do referido congresso lançam um olhar atento às prováveis antecessoras remotas e recentes das mulheres que acompanharam os maridos na Guerra Colonial, referindo ora as mulheres que nos séculos XV e XVI nas praças marroquinas lutavam na retaguarda com os seus maridos<sup>9</sup>, ora àquelas que seguiram os rumos da colonização africana<sup>10</sup>, aliás documentada por alguns textos

<sup>8</sup> Elaine Sanceau, «Mulheres Portuguesas no Ultramar», Porto: Livraria Civilização, 1979, p. 175. Refira-se, no entanto, que para além da existência de algumas obras documentais, a literatura colonial escrita por mulheres, narra frequentemente estes percursos. Sobre a literatura colonial feminina referente a África ver os estudos de Ana Paula Ferreira, «Malhas Que o Império Tece»: Literatura Colonialista e Mulheres no Estado Novo», in *Actas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (org. T. F. Earle), Coimbra/Oxford: Lidel, 1998, pp. 647-655 e «Continentes Negros» com o Nome de Portugal: O 'Feitiço' Colonialista de Maria Archer», *Discursos*, 13, Outubro, 1996, pp. 85-98. Sobre a importância do trabalho pioneiro da citada Elaine Sanceau na divulgação deste «rosto feminino da expansão» ver Luísa Alves, «A Mulher na Obra de Elaine Sanceau», *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas II*, pp. 223-233.

<sup>9</sup> Veja-se *ibid.*, *Actas I*, as seguintes comunicações: Bernard Rosenberger, «Relations entre Portugais et Musulmanes au Maroc au XVI<sup>e</sup> siècle», pp. 375-386; Ana Maria S. A. Rodrigues e Maria de Fátima Moura Ferreira, «Mulheres Portuguesas em Marrocos – Imagens do Quotidiano Feminino nos Séculos XV e XVI», pp. 417-431; Paulo Drumond Braga, «D. Maria de Eça, Capitoa de Ceuta nos Meados do Século XVI», pp. 433-437; Ana Roque, «Considerações sobre a Mulher no Contexto da Expansão Portuguesa no Norte de África» (As Praças do Sul de Marrocos), pp. 449-466.

<sup>10</sup> Maria Isabel Vale Ferreira, «A Mulher Portuguesa no Interior de África. Irene Gil: a descrição de uma viagem», *ibid.*, *Actas II*, pp. 295-303 e Fernanda Angius, «A Presença da Mulher na Legislação da Expansão», *ibid.*, *Actas I*, pp. 775-787. Veja-se também os textos sobre a acção das mulheres missionárias: Estela Pinto Ribeiro Lamas, «O Papel da Mulher Missionária Europeia em terras de Moçambique» e de Maria Augusta Romero de Sousa, «Contributo das Franciscanas Missionárias de Maria na Expansão Portuguesa», *ibid.*, *Actas II*, pp. 527-534 e pp. 535-552 respectivamente.

publicados localmente ou nas séries metropolitanas<sup>11</sup>. Mas na generalidade e como fica patente na bibliografia de Maria Regina Tavares da Silva – *A Mulher – Bibliografia Anotada 1598-1998* – este passo das mulheres portuguesas parece ter ficado quase invisível, apontando numa direcção que me sugere que o rosto feminino da expansão/colonização aparece não apenas em documentos e registos, mas sobretudo na ficção e poesia, linha que me parece encontrar a sua continuidade epilodal na literatura sobre a Guerra Colonial escrita por mulheres.

Lídia Jorge, uma escritora que registou ficcionalmente esta experiência feminina da Guerra Colonial em *A Costa dos Murmúrios*, refere numa entrevista que, quando chegou à Beira, em Moçambique, um militar fez a seguinte observação: «Só os Cartagineses levavam as mulheres para a guerra – e agora, os Portugueses»<sup>12</sup>. Questões imediatas se colocam à provocadora afirmação do militar: por que razão esta situação de excepção das mulheres portuguesas? Será realmente verdadeira?

Trabalhos já hoje clássicos na área de estudos de mulheres, dados dos anos 70, lançaram a questão de se as Grandes Guerras teriam sido apenas um empreendimento masculino<sup>13</sup>. Olhando para as periferias destas guerras, encontraram as mulheres: em casa, na chamada «homefront», nas fábricas de munições, nas enfermarias dos hospitais militares, na resistência, nos serviços militares, bem como nos locais de prostituição ou vítimas de violações. E ainda na propaganda institucional, ora estimulando os homens a marchar, ora apontadas como o símbolo a defender pelos homens na frente de guerra. Mas encontraram-nas também e sobretudo no pós-guerra, em que o próprio discurso de militarismo que alimenta a guerra, com a sua marca de masculinidade, protectora das «mulheres e crianças», como se dizia na propaganda, é substituído por um discurso integrador que contempla

<sup>11</sup> Cfr. a título de exemplo Irene Gil, «A Mulher em Moçambique», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, Ano XXVI, n. 100, Setembro/Outubro, 1956, pp. 53-63; «Alguns aspectos das nossas relações com os indígenas», Associação de Naturais de Moçambique, Colecção Anambique, n. 4, 1959; Gastão Sousa Dias, «A Mulher Portuguesa na Colonização de Angola», *Portugal Maior – Cadernos coloniais de propaganda e informação*, n. 10, Luanda: Casa da Metrópole, 1947.

<sup>12</sup> Inês Pedrosa, «Este é um livro sobre a violência», *Ler*, 1, 1988, p. 10.

<sup>13</sup> Margaret Higonnet et al. (orgs.), *Behind the Lines – Gender and the Two World Wars*. New Haven / London: Yale UP, 1987, p. 3. Ver também para o caso de Itália, Victoria de Grazia, *How Fascism Ruled Women Italy 1922-1945*, Berkeley, University of California Press, 1992.

a relação entre homem e mulher como a base da sociedade de paz que se quer construir. Estudos recentes nesta mesma área têm vindo a lançar um olhar conjugado entre mulher e guerra, elaborando completos catálogos das diversas situações da mulher na guerra, analisando as transformações que a guerra traz às suas vidas e às famílias a elas ligadas e estudando situações bélicas específicas da Europa à África, da guerra civil americana à guerra na Jugoslávia ou no Darfur, Sudão. Em nenhum destes estudos se encontra referência à situação de ida de mulheres em acompanhamento dos maridos na guerra, o que me leva a pensar que pelo menos, devido à singularidade da situação portuguesa, seria natural que nela falássemos, que a contabilizássemos e que a estudássemos. Mas, de uma forma ou de outra, antes ou depois do 25 de Abril de 1974, praticamente não se fala daquelas mulheres que foram, como as cartaginesas já faziam de acordo com a afirmação do militar a Lídia Jorge, a acompanhar os seus maridos, geralmente militares graduados de carreira ou oficiais milicianos. Quantas foram as mulheres portuguesas envolvidas nesta partida? Como foram afinal estas mulheres? Que razões as levaram a ir? Que papel tiveram?

Na sociedade portuguesa de então, as ocupações da mulher directamente relacionadas com a guerra ligavam-se a tarefas de apoio<sup>14</sup>, fosse através de instituições criadas para o efeito como secção feminina da Cruz Vermelha, presidida por Amélia Pitta e Cunha, ou o Movimento Nacional Feminino, liderado por Cecília Supício Pinto e criado na sequência do rebentamento da guerra em Angola, em 1961<sup>15</sup>. Mesmo a ida de mulheres para o espaço de guerra, como aconteceu

<sup>14</sup> Desde a Primeira Guerra que elas se organizavam em associações, cuja função poderia resumir-se numa palavra «assistir». «Assistir, educar e angariar fundos», mas também «assistir ao embarque dos soldados, assistir aos feridos, assistir as famílias dos mobilizados, assistir na medida do possível aos que ficavam dramaticamente presos nas fronteiras da Alemanha», como fizeram as mulheres portuguesas ligadas à «Cruzada da Mulher Portuguesa» e à «Assistência das Portuguesas às Vítimas de Guerra», ambas surgidas na sequência da proclamação do estado de guerra em Março de 1916. Foi destas últimas a criação das «Madrinhas de Guerra», em Abril de 1917, que, quarenta e tal anos mais tarde, foram populares junto dos soldados na Guerra Colonial. Cfr. Maria Teresa Viegas Pimenta, «As mulheres portuguesas na Guerra de 1914/18», *Cadernos da Condição Feminina*, 29, 1989, pp. 81. Ver também Abdoolkarim Vakil, «At War with the Nation: Patriotism and the Gendered Discourse of Citizenship in WWI Portugal», *Ellipsis – Journal of the American Portuguese Studies Association*, 1, 1999, pp. 122-142.

<sup>15</sup> Sobre o Movimento Nacional Feminino ver o livro de Sílvia Espírito Santo, *Adeus, até ao meu regresso – O Movimento Nacional Feminino e a Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

com as enfermeiras pára-quadistas da Força Aérea<sup>16</sup>, na Guerra Colonial, ou as enfermeiras que acompanharam Corpo Expedicionário Português (CEP) na Primeira Guerra Mundial, obedecia a esta lógica de apoio, reservada às mulheres. Mas esta era uma situação de excepção. A manutenção do mito de que a guerra é tarefa de homens possibilitava uma certa estabilidade social, cara ao regime que promovia o conflito. O estímulo que era esperado das mulheres era portanto o de apoiar a guerra e, com ela, a ida dos homens, maridos ou filhos, para África e o seu bem-estar lá. No entanto, em Portugal não assistimos a campanhas maciças de propaganda, mas nas publicações do Movimento Nacional Feminino, *Presença* e *Guerrilha*<sup>17</sup>, eram feitos apelos às mães portuguesas para que sacrificassem os seus filhos pela Nação, nos jornais da época, nacionais e principalmente regionais, eram aplaudidas as mulheres que tinham muitos filhos e que os «davam» para a defesa do Ultramar português, eram publicadas cartas de mães portuguesas, que reproduziam o discurso patriótico do regime, estimulando os seus filhos à luta no Ultramar, atitudes que aliás relembram a propaganda de guerra tradicional que liga maternidade, nacionalismo e militarismo. Esta ideia está aliás na base do discurso pouco sofisticado de Maria Nazareth de Magalhães Mexia Alves, Presidente da Comissão distrital de Leiria do Movimento proferido no I Congresso do Movimento Nacional Feminino, que decorreu em Junho/Julho de 1966. Neste discurso, o apelo às mulheres portuguesas é inequívoco, ao integrá-las na luta em África definindo duas frentes: uma, liderada pelas mulheres que ficavam, composta por mães e esposas que «daqui de longe» os deveriam apoiar, dando-lhes tranquilidade em relação à sua fidelidade e à gestão dos seus lares e por todas as outras mulheres portuguesas que, como madrinhas de guerra, lhes deveriam escrever com frequência «cartas bem dispostas, alegres, sérias e sensatas» com a consciência da sua missão e não «levianamente» procurando o «caminho mais curto e certo para um pequeno

<sup>16</sup> Sobre o assunto ver José Herminio Estêvão Alves, «A mulher e as Forças Armadas Portuguesas», *Nação e Defesa*, 2.ª série, 88, 1999, pp. 71-88; J. Diniz Ferreira, *A mulher nos céus de Portugal*. Lisboa: Edição do Autor, 1986. Ver também o depoimento de Ivone Reis, enfermeira pára-quadista, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Abril, 68, 2004, pp. 155-166.

<sup>17</sup> *Presença*, *Revista do Movimento Nacional Feminino*, publicação mensal dirigida por Luíza Manoel de Vilhena, e *Guerrilha*, revista mensal, dirigida por Cecília Supício Pinto e tendo como chefe de redacção, primeiro, Martinho Simões e depois, Mário Matos Lemos.

ou grande namoro»; uma segunda frente seria protagonizada pelas mulheres que poderiam ir para África se em si encontrassem «as qualidades morais e físicas suficientes para que esse sacrifício resulte num verdadeiro apoio»<sup>18</sup>. Esta ideia aparece aliás reforçada nas revistas do Movimento onde se proclamava a «missão muito certa» das mulheres-esposas que acompanhavam os maridos vivendo «dois anos em África» com a missão de «valorizar a mulher negra»<sup>19</sup>.

Cabe então perguntar: seria esta ida das mulheres para África, em acompanhamento dos seus maridos na guerra, parte de uma política traçada nos termos tradicionais, corporativos e ideológicos do regime ao combinar a missão familiar (acompanhar o marido, na retórica da política de família do Estado Novo) com a missão civilizadora («valorizar a mulher negra»)? Qual seria de facto o papel destas mulheres? Pensar-se-ia em colonizar com pessoas que, por definição, estavam numa situação transitória como são as comissões de serviço em tempo de guerra? O que é que elas fizeram lá? Que marcas deixaram nas sociedades em que participaram? E que marcas trouxeram?

Relembre-se que, ao mesmo tempo que decorria a Guerra Colonial, o regime estimulava a ida de famílias para colonizar as terras africanas, oferecendo passagens, concedendo empréstimos para explorações agrícolas através das Juntas Provinciais de Povoamento e outras facilidades.

Nos jornais da época e na revista *Permanência* – publicada pela Agência Geral do Ultramar, dedicada ao Portugal além-mar e cujo nome não nos deixa dúvidas sobre as intenções da publicação – é dada notícia deste movimento, estimulado pelo regime através de uma legislação que apontava o Ultramar como o destino de emigração dos portugueses europeus, assim tentando contrariar o fluxo migratório para a Europa, que ia minando a opção ultramarina. Por seu turno, nas revistas do Movimento Nacional Feminino, são vários os textos que defendem, na linha do regime, a presença portuguesa em África, fazendo um apelo a um acompanhamento da acção militar por uma

<sup>18</sup> Maria de Nazareth de Magalhães Mexia Alves, «Função das mulheres na luta que se está a travar em África», I Congresso do Movimento Nacional Feminino, 30 de Junho/1 e 2 de Julho, 1966, pp. 6-7.

<sup>19</sup> Citado por Irene Flusner Pimentel, «Movimento Nacional Feminino», in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996, p. 639.

política rápida e sólida de colonização<sup>20</sup>. E nesta altura não se estava seguramente a falar de uma colonização masculina, mas antes de famílias de portugueses europeus pois, como dizia Maria Archer, referindo-se à falha da colonização portuguesa em África, «uma civilização só se fixa e define através da mulher»<sup>21</sup>.

No entanto, a análise dos testemunhos que recolhi no âmbito de um trabalho mais vasto sobre as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial<sup>22</sup>, bem como o estudo da legislação da época relativa aos apoios por parte do Estado à deslocação e manutenção de militares, não me levam a concluir que houvesse uma política previamente pensada, ainda que houvesse certas facilidades e um estímulo de difícil interpretação. Houve antes uma política de apoios que era consequência da longevidade da guerra. Assim, a lei de transportes que vigorava à data do início da guerra em Angola datava de 1931, referindo-se, portanto, a um tempo de paz. Seguiram-se vários despachos, que adaptavam esta lei às condições de guerra, estabelecendo as normas para a execução de transportes, e logo em 1962 é referido o transporte de famílias de militares. Mais tarde, em 1964, normalizava-se o transporte das famílias indicando os requerimentos a fazer pelos militares para obter estas viagens, a hierarquização de competências e responsabilidades relativamente ao transporte, as condições impostas e o processamento de embarque, tornando assim mais assumido o exercí-

<sup>20</sup> Cfr. por exemplo, o seguinte texto de Pedro Cabrita, «Razão de uma luta», *Presença – Revista do Movimento Nacional Feminino*, 3, 5, 1964, p. 6.

«[...] que se faz para além do esforço militar para permanecermos lá? Na resposta a esta pergunta encerra-se o julgamento futuro que a Nação vai fazer aos governantes de hoje. E, se eles não envidarem todos os esforços no único sentido válido, mal vai a Nação, pior irá a Pátria. E o único sentido válido sai desta verdade: se em quatro ou cinco anos não forem qualificados na Metrópole (e qualificados técnica, cultural e politicamente) centenas de milhares de portugueses metropolitanos capazes de irem para Angola e Moçambique e se não forem colocadas essas centenas de milhares de portugueses no Ultramar, Portugal sairá de África.

A opção do Governo, portanto, só pode ser uma: criar condições através da acção de todos os Ministérios (desde o mais político ao menos político) para que seja possível colocar em Angola e Moçambique, no mais curto espaço de tempo, centenas de milhares de portugueses metropolitanos. [...] A grandeza da ideia ultramarina – e essa é a ideia de Portugal – exige colada a esse sacrifício [dos jovens militares] toda uma enorme tarefa de povoamento, de progresso económico, cultural e social.»

<sup>21</sup> Maria Archer, *Brasil: Fronteira da África*. São Paulo: Editora Felman-Rego, 1963, p. 166.

<sup>22</sup> Cfr. número temático «As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Abril, 68, 2004.

cio deste direito por parte dos militares. No entanto, só em 1969, quando eram já visíveis os sinais de cansaço da guerra e se tornava necessário aliciar os militares em permanentes comissões de serviço em África, é que, através do Decreto-lei 49107, de 7 de Julho de 1969 (artigo 21), se estabelecem as várias situações das famílias de militares relativamente a direitos e deveres. De acordo com o documento, todo o pessoal nomeado por oferecimento ou por escolha, além dos direitos em vigor, tinha também direito a: transporte da família por conta do Estado para a «província ultramarina» e de regresso para a nova colocação do militar; tratamento médico por conta do Estado; assistência médica e medicamentosa para as famílias durante o período da comissão; alojamento por conta do Estado na localidade da guarnição ou subsídio de renda de casa. Aqueles que tivessem sido nomeados por imposição poderiam gozar dos mesmos direitos, caso já tivessem efectuado uma comissão de serviço, por imposição ou por escolha, posterior a Janeiro de 1961. Em 19 de Agosto de 1969, nas normas executoras do referido decreto-lei, eram definidas algumas directivas importantes, nomeadamente a exigência de que a família do militar a viajar por conta do Estado permanecesse em território ultramarino por um tempo mínimo de doze meses, salvo casos especiais. Consultando o arquivo do Depósito Geral de Adidos, a instituição militar que tratava da logística de todo o tipo de viagens entre Portugal e os vários territórios ultramarinos, encontrei inúmeros processos de militares solicitando viagens por conta do Estado para as suas famílias, listas de famílias a embarcar e que embarcaram, correspondência entre o serviço do Depósito Geral de Adidos e as famílias dos militares.

Observando as listas de famílias a embarcar, verifiquei que eram poucas as mulheres que viajavam sozinhas. A grande maioria viajava com filhos pequenos: são vários os casos de crianças de meses e raramente ultrapassam os dez anos, indicando-nos assim que se tratava de jovens casais. As origens geográficas destas famílias cobrem todo o território português continental e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. As origens sociais, que inferimos pelo posto do militar, são também as mais diversas, o que determinava uma hierarquização relativamente ao meio para viajar. Assim, por exemplo, as mulheres de oficiais viajavam de barco em 1.ª classe ou de avião na chamada «posição excedentária», sobretudo a partir de 1967, altura em que a Força Aérea começou a assegurar grande parte dos transportes, enquanto, por exemplo, as mulheres de sargentos viajavam de barco em 2.ª classe e, no caso de quererem viajar de avião, tinham de pagar a diferença. Os destinos destas famílias eram os esperados: Bissau,

na Guiné; Luanda, Carmona, Luso, Sanza Pombo, entre outros, em Angola; Lourenço Marques, Beira, Quelimane, Macimboa da Praia, Nampula, em Moçambique. A maioria das mulheres e famílias ficava nas cidades, mas também houve muitas que viveram no mato, em casas próprias em pequenas povoações adstritas aos quartéis ou na própria área dos quartéis, dependendo da autorização dos comandantes. Quanto às condições de instalação lá, as situações são extremamente diversas e resultam mais de adaptações ao que já existia e outros ajustes e conveniências do que de um planeamento previamente delineado, sendo que a messe era, normalmente e pelo menos, o lugar de chegada.

Um outro aspecto importante destas listas é a indicação de um elevado número de desistências ou a indicação de «viajou por conta própria», tornando assim impossível seguir as famílias até aos seus destinos, levando-me a repetir como Charles Boxer, falando das mulheres portuguesas em rota para a Índia no início da expansão, que falar de números é impossível. Os motivos das desistências, explicados na correspondência enviada pelas senhoras ao comandante da Direcção Geral de Adidos prendem-se com vários aspectos de natureza doméstica ou profissional, entre os quais: à data da viagem o militar encontrava-se numa zona onde já não era possível estar com a família; a família ter sido avisada da data de embarque muito em cima da hora, sem possibilidade sequer de cumprir o prazo de dez dias para tomar as vacinas necessárias antes do embarque; o ano escolar tinha-se iniciado e os filhos estavam a estudar, não sendo portanto conveniente a sua deslocação; nascimento de um bebé, as doenças das crianças, etc. De acordo com a legislação, a família deveria ser avisada pelo menos com trinta dias de antecedência, mas isso raramente acontecia, como podemos inferir da correspondência. Também na correspondência que solicita informações sobre a viagem são frequentemente evocados motivos domésticos ou ligados à educação dos filhos para solicitar as viagens em determinados períodos. Mas encontramos também muitas senhoras que tinham profissões, nomeadamente professoras do ensino primário ou secundário que solicitavam uma ida antes do início do período escolar no Ultramar, deixando-nos assim antever que iam trabalhar. Outras, normalmente mulheres de patentes militares mais elevadas, solicitavam a viagem para uma serviçal, como então se dizia, para as auxiliarem na educação dos filhos, numa terra «de hábitos tão diferentes». Mas é também nos casos de patentes mais elevadas que há mais desistências. As mulheres que normalmente não desistiam eram mulheres de cabos, furriéis, sargentos e até de soldados, estas raras,

muito raras. Apesar de esta legislação se destinar, em princípio, a militares do quadro, há também indicação de que seguiram viagem por conta do Estado algumas (muito poucas no geral) mulheres ou famílias de oficiais milicianos. Falando com pilotos da Força Aérea Portuguesa de então, hoje já na reforma, recordam a aventura do transporte dessas famílias nos aviões, cheios de tropas, correio e carga e certamente desconfortáveis para quem viajava com crianças ao longo de tantas horas, com diversas escalas e por rotas nem sempre directas, pois a Força Aérea Portuguesa estava impedida de sobrevoar grande parte da África subsariana.

Outros militares, quando confrontados com a questão da importância da presença das suas mulheres durante a guerra, reconhecem-lhes um papel fundamental na manutenção de uma certa aura de normalidade familiar num teatro de guerra. Alguns reconhecem-lhes também um importante papel no exterior da casa portuguesa que elas transpuseram para África, nomeadamente na acção social e no ensino. Muitas das mulheres que viveram em África apenas acompanharam os seus maridos, e «as suas guerras» foram os partos, a amamentação, os filhos, mas muitas trabalharam no apoio das populações, normalmente ligadas a missões religiosas, prestaram cuidados médicos e de enfermagem, foram professoras em vários níveis de ensino, fizeram trabalho de secretariado nos serviços das próprias Forças Armadas ou em empresas, foram quadros de empresas, foram costureiras ou empregadas de comércio. O registo destes passos consta dos registos biográficos profissionais de cada uma, e no Arquivo do Ministério da Educação pude verificar que a sua contribuição foi fundamental para um considerável incremento da educação com a criação de muitas escolas primárias, liceus, institutos. Ao longo dos anos 60, e sobretudo comparando com a década anterior, é significativa a numerosa legislação conjunta do Ministério da Educação e do Ministério do Ultramar, que visava, por um lado, dotar as colónias portuguesas de mais estabelecimentos nos vários níveis de ensino, e, por outro lado, uniformizar o mais possível todas as situações com a então metrópole.

Para muitas destas mulheres a vivência em África foi o momento de início de vida conjugal fora das peias familiares tradicionais, de início de vida profissional fora do quadro esperado à saída dos liceus, das escolas técnicas ou da universidade e nesse sentido, foi, em termos individuais, um momento emancipador.

Estar em África, começar a vida lá, era muito diferente. Para mim foi muito importante e penso que para o meu marido também. Dava-lhe

estabilidade, conforto, alegria, podia ter os filhos ao pé dele. Estávamos muito mais próximos, participávamos, acompanhávamos mais e estávamos mais livres. Apesar da guerra, África era uma libertação. Como é que eu hei-de explicar? (C. B. L., Angola)

Fui para Luanda num voo da TAP e daí para uma localidade chamada Bembe, no Norte, em pleno mato, onde o meu marido estava. Ele era médico ainda sem especialidade e fez toda a comissão em postos no mato. A presença de mulheres nesses postos era semi-clandestina, dependia da autorização do Capitão. No Bembe recomendaram-me que não pusesse cortinas nas janelas, pois denunciariam a presença de uma mulher, em caso de visita de oficiais superiores. A vida ali era estranha, mas também muito livre, fora do esperado. Era uma espécie de acampamento de juventude acrescentado com os perigos da guerra. A presença feminina era sentida como uma coisa agradável, um bocadinho mãe, irmã de todos, objecto de atenções, mas também, ao fim de um tempo, «mais um deles». Era uma vida estranha, tínhamos no quarto uma metralhadora, granadas, e tive um curso rápido de disparo com pistola Mauser... (I. G., Angola)

A guerra complicou a vida de muita gente, sobretudo o início de vida de muitos casais, mas também acabou por nos obrigar a ter certas iniciativas, a viver longe da família, o que de certa forma era uma libertação, uma aprendizagem e tudo isso foi muito importante. Considero que somos responsáveis pela nossa própria existência. E ainda que a guerra nos tenha sido imposta do exterior, a nossa vivência tem a ver com escolhas pessoais mais ou menos conscientes. Como dizia Shakespeare, a vida é uma peça de teatro: nós somos os actores, escrevemos o guião e montámos o cenário. Por isso, rejeito qualquer atitude de vitimização. Pelo contrário, penso que é importante fazer um processo de auto-consciencialização, para além da necessária reflexão sócio-política sobre as condições objectivas em que a nossa experiência se desenvolveu. Eram quase quatro anos da vida de uma pessoa que ficavam comprometidos e, no fundo, nós fomos, aceitámos esse espectro. Não quero com isto dizer que hoje não teria ido, não é nada disso. Teria ido sim, aliás acho que foi importante para todos nós termos ido, para percebermos o que se passava... (T.C.L., Angola)

De um ponto de vista político para muitas destas mulheres, aliás à semelhança dos homens, a vivência de África foi também o encontro com a realidade do que era o império, fora das imagens dos calendários das missões ou dos mapas escolares, foi a percepção sobre o que significava «um grande território para um pequeno país colonizador» e muitas vezes o desvendar do «logro enorme» que sobre tudo isto



se tecia e que levaria à inevitável e irreversível ruptura<sup>23</sup>. Por isso, quando solicito às minhas entrevistadas uma síntese de palavras para definir este tempo, os pares «felicidade e angústia», «liberdade e medo», «aventura e ansiedade», sucedem-se, mas também, e unicamente, «asfixia» ou «esmagamento», atestando na violência intrínseca às palavras escolhidas a crise de identidade pessoal, familiar e nacional que terão experienciado. Quase todas recordam este tempo com a doçura com que todos nós recordamos a juventude, a paixão pelo marido, os primeiros anos de casamento, os filhos pequenos, mas também os voos dos helicópteros e aviões que traziam os feridos, os boatos que alimentavam a guerra, os casamentos apressados por causa da guerra e os desencontros:

A história do meu casamento tem muito a ver com a Guerra Colonial. Na guerra de guerrilha os pilotos de helicóptero eram muito necessários e havia poucos. Passados uns meses de ter vindo da Guiné o meu marido foi mobilizado para Angola. Foi aí que ele declarou que queria casar e eu achava que se gostava dele, e gostava muito, era meu desejo e minha obrigação acompanhá-lo. Pensava aliás que era uma maldade enorme ele ir sozinho. Nós nem queríamos, na verdade, nem aceitávamos, considerar essa hipótese. Interrompi o curso, fiz as malas, fui e rapidamente arranjei emprego em Luanda. (A. R., Angola)

Casei-me quando tinha acabado de fazer vinte e dois anos. A guerra precipitou-me para essa atitude, mas eu também queria sair de casa, ter a minha casa, a minha vida e queria ir ver o que era esse Portugal. Casei pelo civil com uma fotografia que estava em cima da mesa. Até ao último momento hesitei, porque tudo era tão estranho, o noivo estava ausente, eu a chorar antes, durante e depois. Já nem sei a quem se disse que sim. Depois houve um almoço, e aquelas estranhas fotografias sem noivo. Foi tudo tão absurdo. (G. C., Moçambique)

Os testemunhos que delas podemos recolher levam-nos a pensar sobre quanto a guerra terá alterado as relações entre os dois sexos, no domínio público, ao deixar as mulheres entrar para o mercado de trabalho com uma segurança nunca conhecida, e no domínio privado, ao quebrar tabus e transformar as relações entre namorados, marido e mulher. As mulheres que tenho vindo a entrevistar, quando questionadas sobre as suas motivações para ir para África em plena Guerra Colonial, repetidamente repetem a minha pergunta na pri-

<sup>23</sup> Citações retiradas da entrevista de Inês Pedrosa a Lídia Jorge, «Este é um livro sobre a violência», *Ler*, 1, 1988, p. 10.

meira pessoa – porque é que fui, porque é que fomos nós mulheres? – acabando por responder:

Acho que até ao dia de embarcar esperei que acontecesse um milagre, que viesse uma contra-ordem para não embarcar, mas como não vinha a ordem ... lá fui. Isto é uma coisa difícil de explicar, porque até nós próprios não fomos para a guerra para fazer guerra. Havia o sentido de fazer parte de um grupo e o grupo naquela altura ... era suposto fazer aquilo e mais nada. E ainda hoje os homens dessa geração dividem-se entre os que foram e os que não foram. (E. A., Angola)

Porque fomos? Não foi uma decisão madura e pensada, mais um deixar ir porque tem de ser; não houve uma opção a justificar atitudes futuras. Porque fui eu? Também não sei bem, na altura foi o que desejei fazer, sem pensar numa utilidade mais remota que não a simples companhia a alguém de quem gostava, uma coisa que me pareceu ser a atitude mais natural. (I. G., Angola)

Casei para poder ir com o meu marido para Angola. Larguei o emprego fui-me embora com ele. Chegámos e o meu marido foi imediatamente para o mato. Fiquei completamente sozinha em Luanda, grávida, com um bebé e desempregada, instalada na messe dos oficiais. Respondi a anúncios de jornal e havia imenso trabalho, era só ir à procura dele. Foi através de um anúncio de jornal que consegui um emprego numa empresa petrolífera, como tradutora. (C. B. L., Angola)

Nunca me passou pela cabeça ficar em Portugal. A fazer o quê? (C. V., Angola e Moçambique)

Quando a situação estourou em Angola o meu irmão foi e depois fui eu com o meu marido. A minha família apoiou-me muito, porque havia a convicção de que era meu dever fazer aquilo que fiz, ou seja, acompanhar o meu marido numa missão que para nós tinha muito sentido e significado. Tratava-se de defender a pátria. (A. V. C., Angola)

Pensámos várias vezes em fugir, lembro-me que falámos muito sobre isso, sobre se eu iria com ele, se eu não me importava de viver no estrangeiro. E eu iria, sempre gostei de viajar, não me assustava sair daqui, mas percebi que a ele não lhe agradava muito essa situação. Até quando ela duraria? Não havia ideia. Foi então que acabou por me dizer: «olha eu acho que... apesar de não concordar de todo com esta guerra, eu nunca tomei nenhuma atitude radical face ao regime, vim de uma família em que sempre beneficiei da situação, pelo meu nascimento, pela minha origem. Portanto, acho que devo ir como os outros (...) Não é agora, no momento em que me toca a mim, que eu vou tomar uma atitude». E resolveu que iria para a tropa. Eu fui ter com ele, uns meses depois de ter sido mobilizado para o teatro de guerra em Angola, com os nossos filhos de dois e três anos. (T.C.L., Angola)

As motivações para a ida são assumidamente privadas, mas muitas hoje apontam a habilidade política do regime em ter mantido estas opções como privadas e pessoais nunca as deixando transbordar para o domínio público e colectivo. Desta forma, e de acordo com a opinião de algumas das minhas entrevistadas (é importante sublinhar que não se trata de um julgamento colectivo), o regime comprometeu as mulheres com a guerra e sem se comprometer e sem grande esforço proporcionou uma situação de luta em duas frentes, mas também de alguma normalidade. Como me dizem, «nós acolhíamos, humanizávamos, simplificávamos a vida e vivíamos a guerra com eles».

Em Bissau havia duas coisas que me davam a consciência da presença da guerra: primeiro, o regresso do meu marido das operações. Ele vinha a morrer e estava assim durante dois ou três dias: vinha cheio de febre, com o corpo todo cheio de picos, completamente esgotado física e psicologicamente, porque normalmente havia mortos de um lado e do outro. Íamos à missa na capela da Marinha, pelos que tinham morrido que podiam ser do destacamento do meu marido ou de outro qualquer, mas havia sempre missas na capela e aí eu apercebia-me, meu Deus, estávamos em guerra.

Os helicópteros eram outro sinal da guerra. Lembro-me como esperava por eles, quando o meu marido saía em missão. Os helicópteros só chegavam quando amanhecia, e a minha primeira aula da manhã começava às sete da manhã, eu era professora no Liceu de Bissau. Lembro-me do helicóptero a chegar do destacamento do meu marido ou doutros e a aflição de saber quem é que aquele helicóptero trazia. Quem eram os doentes muito graves, quem eram os mortos que podiam trazer... muita, muita, muita aflição. (M. D., Guiné-Bissau)

Lembro-me que quando cheguei a África senti que tinha um presente encantado. Era tudo tão novo, tão diferente, tudo mexia tanto comigo que eu estava... embrenhada em todas as novas sensações que ia tendo e confesso que não me apercebi logo da guerra. Mas comecei a aperceber-me de maneira relativamente rápida, porque aqui em Portugal ficavam as pessoas minhas amigas que tinham filhos e através das cartas que iam daqui, eu começava a saber que filho de fulano tinha morrido, filho de beltrano tinha morrido. Lá, o meu marido dizia-me que tinha chegado um avião à base com imensos homens todos feridos e outras notícias do género. E houve também o contacto com aquela realidade, até porque comecei logo a trabalhar no liceu. Os meus colegas eram ou residentes em Moçambique ou mulheres de oficiais, todas muito jovens. E não havia um único professor negro ou mulato. (L. A., Moçambique)

A guerra estava presente no dia a dia, ela era a razão de ser de tudo. Quando os homens saíam em missão despedíamos-nos como quem sabe que o perigo vai estar com eles, e quando regressavam contávamos todos

os pormenores (permitidos). Eu vivia no mato, e aí a guerra era o centro das atenções e das vidas. Julgo que nunca tive conhecimento prévio de nenhuma operação militar. Aliás, lembro-me de que uma das razões invocadas para dificultar a presença das mulheres no mato, era o serem consideradas «linguareiras». (I. G., Angola)

Saindo da esfera da vida privada, muitas mulheres reconhecem o incremento que a sua presença deu ao ensino local, atribuindo assim a esta experiência uma relevância pública, mas também privada, na medida em que este contacto lhes proporcionou uma visão outra sobre as várias populações locais que na escola se juntavam. Colocadas na margem do universo da guerra, registaram esta experiência, ouviram, observaram, traçaram relações com o poder e foram revelando um olhar-outro, elaborando uma razão-outra, sobre as razões do conflito bélico que me parece interessante conhecer e registar.

Confesso que não gostei do meu tempo em Angola, mas penso que foi muito importante ter lá estado. Havia combates, havia feridos e mortos. Matava-se ou morria-se. Estávamos em guerra. Eu vi pelos louvores que o meu marido recebeu no 10 de Junho que ele esteve em situações de alto risco. Elas constituíam o reconhecimento público dele como profissional competente, mas disse-lhe tantas vezes que não valia a pena. Tudo isto é muito contraditório, porque eu sempre achei que aquela terra era dos africanos, mas, por outro lado, o meu marido tinha estado em situações de risco e eu achava bem que isso fosse publicamente reconhecido, ainda que não concordasse com a guerra, nem fosse favorável ao regime que a promovia. (A. R., Angola)

O meu marido foi educado na ideia da defesa da pátria. Sinceramente sempre achei que aquilo não fazia muito sentido. Quando penso nesse tempo hoje, recordo-o como muito importante, estruturante até, muito enriquecedor, mas também foi muito traumatizante. Vi muito sofrimento, rapazes sem culpa nenhuma de repente naquela situação, sem pernas, sem braços ou mortos. Porque é que aqueles rapazes morreram, porque é que aquela gente tão nova sofria daquela maneira, porque é que cortavam as vidas assim? Não me parece que defender a pátria, ou lá o que se pensava na altura, mereceu-se tamanho sacrifício. Falámos muito sobre isso, lá durante a guerra e cá ao longo dos anos. Para mim nunca nada justificou aquilo. Foi um tempo completamente perdido. Acho de uma injustiça, de uma loucura, ... perdido, perdido, perdido. Eles tinham direito à independência, não havia mais espaço para colonialismos, o mundo era outro. (M. D., Guiné-Bissau)

No pós-guerra, foi mais uma vez sobre as mulheres que caiu a expectativa do regresso a uma certa normalidade. Mas o pós-guerra da

nossa Guerra Colonial não criou uma Ilha dos Amores como Camões poeticamente tinha previsto para regenerar os homens da violência que todas as guerras importam. Muitos casais separaram-se no rescaldo da guerra, mas muitos mantiveram-se unidos, cúmplices desse tempo africano nem sempre fácil de contar aos filhos, outros foram lidando com situações complicadas, dramas psicológicos e desajustamentos que foram transformando para sempre as relações familiares, ao transferir a violência da guerra para o espaço doméstico.

O regresso foi difícil, mas o estar foi terrível. Muito difícil. Moçambique esmagou-me por completo, a miséria das pessoas, aquele tempo. Tinha caído sobre mim uma violência insuportável. Sofri maus tratamentos, tensões enormes. Fugi, ou quase fugi, fugi daquele mundo, daquele homem. Regressei a casa dos meus pais, tive uma filha. Vivi dois anos com os meus pais e depois decidi sair, mudar totalmente de vida. Sufocava, precisava de sair, de me emancipar. Falar disso à minha filha? Quem me dera esquecer, esquecer, esquecer apagar totalmente ... (G. C., Moçambique)

Quando penso nesse tempo, lembro-me de coisas boas, de pessoas amigas com quem mantenho algum contacto, de outras de quem nunca mais soube nada. Para todos nós, acho que esse tempo africano é um tempo de saudade e foi muito importante estarmos sempre juntos. Na altura, os meus filhos não se aperceberam da guerra, do que era a guerra, porque a guerra não se sentia no nosso dia a dia. Eles ouviam-nos conversar, mas ... a eles não os afectou. A nós sim, muito... Tenho muita pena do parto complicado que foi a descolonização. Era um parto que já devia ter ocorrido há mais tempo, a guerra mostrava-o todos os dias. Mas da maneira como acabou por ser feito, traumatizou muita gente. Marcou-me muito, porque eu conhecia relativamente bem aquelas pessoas, e sei que houve sofrimento. Falhámos todos... talvez porque ambos os lados foram muito influenciados e muito mal influenciados, mas acho que as coisas correram mal, foi um choque difícil. Eu vivi essa fase.

Quando me lembro... a primeira vez que ouvi falar da guerra em África... foi em 60/61 com a história do barco que o Henrique Galvão tinha desviado, o «Santa Maria», que depois foi por ele baptizado de «Santa Liberdade». Foi aí que eu despertei. (L. A., Moçambique)

O «tempo africano» é hoje contado à minha filha como uma história, quase como uma história de outra pessoa. E não conto muitas vezes. Não porque tenha ficado com alguma espécie de traumatismo em relação a esse tempo, mas porque ele está de facto arrumado. Não consigo valorizá-lo de forma a tentar extrair lições, conclusões, ligações com a história do país. Acho que, para a maioria dos milicianos, o factor mais

importante foi exactamente a falta de empenhamento naquela guerra, não era uma guerra para que corríamos cheios de entusiasmo como para as Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola. Não foi uma guerra de ideologia, foi uma obrigação que nos surgiu no caminho. (I. G., Angola)

Desses tempos de África mantemos alguns amigos e curiosamente continuamos todos casados com as mesmas pessoas, o que nem sempre aconteceu. Foi um tempo muito intenso trouxe muitas separações, desentendimentos, desencontros. (...) Aquela guerra foi completamente inútil, mas foi marcante para a minha geração, homens e mulheres. Porque as mulheres tinham um papel muito importante, tanto as que ficavam cá, como as que iam para lá. (...) Eu estive sempre em Luanda, mas houve mulheres que estiveram com eles longíssimo, à semi-revelia das autoridades militares, mais ou menos clandestinas. Viviam nos quartelamentos, deslocavam-se em coluna militar, sofreram ataques e tantas outras coisas. Lembro-me de pensar: «Mas como é que estas mulheres têm filhos, são menstruadas, vão à casa de banho?» Muita coragem, muito amor. (C. B. L., Angola)

A presença de mulheres em África acompanhando os seus maridos em missão na Guerra Colonial proporcionou uma maior estabilidade aos portugueses europeus deslocados na guerra, que assim partilhavam com as famílias o dia-a-dia, transformavam uma ausência de dois anos em saídas ou operações de um/dois meses e deu a uma classe média jovem a vivência de África, não só como um lugar distante onde se ia para a guerra, mas também como um lugar onde se vivia em família, nasciam filhos, se formavam crianças portuguesas, se convivia com os amigos, se comemoravam os dias nacionais e onde brotavam oportunidades de trabalho que não havia na metrópole, pois a guerra, acelera as economias, animando assim as pessoas a ir ficando ou, por outras palavras, a ir colonizando / emigrando / fazendo a guerra, como um gesto inconfessado enquanto tal. De alguma forma, as mulheres ao «completarem» a moldura como lhes era requerido, terão contribuído para a manutenção de uma certa estabilidade, não só porque com a sua ida mantiveram a célula familiar junta – o que nem sempre significou unida –, como também pela contribuição social que prestaram. Acredito que muitas das mulheres que foram para África, acompanhando os maridos na guerra, colaboraram, voluntária ou involuntariamente, consciente ou inconscientemente, para a produção do disfarce da guerra sob uma imagem de normalidade que o regime queria projectar. No entanto, e como é bem visível nos depoimentos que pude

obter destas mulheres e na literatura que ficcionalmente as refere<sup>24</sup>, havia outras mulheres portuguesas que parecia não encaixarem na moldura requerida e esperada<sup>25</sup>, produzindo assim outros retratos. Elas acompanhavam, mas questionavam, elas viam, interrogavam e julgavam, acabando por se revelar essenciais na execução da pressão justa para a mudança.

Antes do 25 de Abril, não se falava da guerra para que ela não existisse, como nos mostram os jornais em que as fotografias de embarques e desembarques desaparecem a partir de 1969. Em 1972, Marcello Caetano nas suas «Conversas em Família» dizia:

Guerra Colonial? As Províncias Ultramarinas estão em paz e ninguém neles contesta a sua integração na Nação Portuguesa. Percorre-se a Guiné, anda-se pela vastidão da terra angolana, desloca-se quem quer que seja de lés a lés de Moçambique e não encontra populações revoltadas. [...] A vida decorre, por toda a parte, tranquila e normal, num ambiente de trabalho e de entendimento exemplares<sup>26</sup>.

Depois do 25 de Abril, gritou-se «Nem mais um soldado para as colónias» e rapidamente se deixou de falar da guerra. No entanto, a ocultação da guerra, feita no pós 25 de Abril, não era um artifício de vontade autoritária, mas antes uma incapacidade de avaliação das condições reais para lidar com tão dolorosa e explosiva herança, deixando o ex-combatente num ambíguo e desconfortável lugar entre a vítima e a imagem de um antigo poder que se queria esquecer. Eles

<sup>24</sup> Em *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, Evita e Helena de Tróia dominam o cenário que tem na retaguarda outras mulheres, cujas identidades ora se definem em conjunto — as «mulheres do Stella» (p. 119) as «raparigas de cabelo passado a ferro», «mulheres dos vestidos sem costas», «raparigas de cabelo comprido» ou «de cabelo em forma de colmeia» (p. 116), «uma moldura de mulheres que habitam o Stella» (p. 232) — ora em relação ao marido, incorporando o seu nome ou a sua categoria militar — a mulher do Ladeira, do Zuriq, do Góis, do major, «a mulher do Astorga», «a mulher do Fonseca» (p. 109), «a mulher do capitão Pedro Deus» (p. 110), «a mulher dum capitão piloto-aviador» (p. 19), «uma mulher de alferes» (p. 21). Todas estas mulheres, descritas de forma pouco elogiosa e irónica pela narradora viviam no *Stella Maris* mais preocupadas com as promoções e oportunidades de ascensão social e de riqueza que a guerra trazia, do que com os perigos que os maridos corriam. «As mulheres do terraço [...] ouvindo o piloto [...] sabiam que estavam em fila, esperando que os seus homens desempenhassem um papel histórico» (p. 114), diz-se também em *A Costa dos Murmúrios*.

<sup>25</sup> Veja-se as protagonistas de *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge, e de *Percursos — do Luachimo ao Luena*, de Wanda Ramos.

<sup>26</sup> Otelio Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril*, Amadora: Bertrand, 1977, p. 108.

foram uma parte considerável dos nossos «refugiados da história»<sup>27</sup> do império. Assim, à ocultação da guerra feita pelo antigo regime, projectando um retrato de nada estar a acontecer, seguia-se a ocultação da guerra como se fosse possível fazê-la desacontecer, como se tudo tivesse sido um engano, ou, como aliás veio a dizer o próprio «inimigo», Samora Machel, um equívoco, uma história de mal-entendidos<sup>28</sup>. Mas ela tinha de facto acontecido lá longe em África, e a guerra não estava só em África, como o antigo regime pretendia, e onde parece que o novo regime, saído do 25 de Abril, gostaria de a ter deixado, desejando assim que ela não tivesse acontecido, mas ela vinha a bordo dos navios que regressavam ao cais, como fica visível na literatura da Guerra Colonial, escrita sob a metáfora do regresso e onde um evidente excesso de memória pessoal questiona esta falha da memória colectiva.

O 25 de Abril não foi a libertação singularmente pacífica que todos rapidamente quiseram ler no encantamento da jovem democracia portuguesa. O 25 de Abril estava, desde o seu primeiro movimento, manchado pelo sangue de gerações de oposicionistas e, principalmente, pelo sangue derramado lá longe em África, como mostravam os barcos que durante anos cumpriram estas rotas entre Portugal e uma África em Guerra de Libertação. O 25 de Abril foi antes de mais o fim da Guerra Colonial, como diz uma mãe de um soldado, no rescaldo de toda essa experiência de angústia e separação:

O melhor que o 25 de Abril trouxe para mim foi o fim da Guerra Colonial. [...] Nunca percebi porque é que os nossos filhos tinham de ir combater em terras que para mim nada tinham a ver connosco.

Logo depois do 25 de Abril, quando soube que os nossos filhos iam regressar até chorei de alegria!<sup>29</sup>

A memória da Guerra Colonial na sociedade portuguesa contemporânea liga-se a dois acontecimentos históricos marcantes: o 25 de Abril de 1974, como refere a mãe do soldado, e a descolonização subsequente. A grandeza destes acontecimentos na história contemporânea portuguesa, por um lado, e ausência de estudos da história colo-

<sup>27</sup> Adapto aqui a expressão de Greil Marcus, *The Dustbin of History*, Londres: Picador, 1997, p. 17.

<sup>28</sup> Sobre o silêncio sobre a Guerra Colonial antes e depois do 25 de Abril ver Maria Manuela Cruzeiro, «As Mulheres e a Guerra Colonial: um silêncio demasiado ruidoso», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Abril, 68, 2004, pp. 31-41.

<sup>29</sup> Maria de Jesus, dona de casa, in *Mulheres*, 12 Abril, 1979, p. 11.

nial portuguesa, por outro lado, permite que a Guerra Colonial em si seja vista como algo quase externo a Portugal e não como algo de profundamente interno a Portugal e aos países africanos entretanto independentes. Assim, ela torna-se reservada aos grupos que são portadores da sua memória: os ex-combatentes e as suas famílias, particularmente as mulheres. Daí muitas vezes o sentimento de solidão que manifestam, a sua não manifestação pública de participação, o seu sentimento de estar na periferia da história.

Hoje em dia [a guerra] parece que só existiu para nós que lá estivemos. Não digo isto como censura ou com amargura, mas como simples constatação. Alguém fala dessa guerra? Mesmo os que a protagonizaram: Alguém diz que lá esteve? E estivemos quase todos, pelo menos os da minha geração.

Na realidade o que acabei de dizer corresponde mais a um desabafo... pensando melhor, esses silêncios têm vindo a ser progressivamente quebrados nos últimos anos, nomeadamente através da ficção e da arte, de estudos como este e de iniciativas várias que incluem verdadeiras peregrinações de antigos combatentes aos locais para onde foram mobilizados. (T.C.L., Angola)

Para quem ficou na praia de embarque, África também teve feminino, ainda que África fosse tão só o local de onde ninguém queria falar, o lugar de onde chegavam cartas que falavam de mundos estranhos e para onde silenciosamente embarcavam homens que voltavam transformados. As mulheres que foram com eles ou as que os aguardavam no cais recebiam outros homens, que inevitavelmente as iriam transformar e transformar as relações privadas e públicas no contexto da sociedade portuguesa. Por isso, ver a guerra como uma actividade exclusivamente masculina é contar apenas uma parte da história. Por isso, a passagem do testemunho da memória de geração em geração, que é essencial para a passagem da memória à história, tem de ser feita no masculino e no feminino.

### Referências bibliográficas

- AA.VV., *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: actas I e II, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995.
- AA.VV., *Revista Oceanos*, «Mulheres do Mar Salgado», CNCDP, 21, Janeiro/Fevereiro, 1995.
- ALVES, Maria de Maria Nazareth de Magalhães Mexia, I Congresso do Movimento Nacional Feminino em 30 de Junho – 1 e 2 de Julho de 1966 – Comunicação «Função das mulheres na luta que se está a travar em África» (separata).
- ALVES, José Hermínio Estevão, «A mulher e as Forças Armadas Portuguesas», *Nação e Defesa*, 2.ª série, 88, 1999, pp. 71-88.
- ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- ARCHER, Maria, *Brasil: Fronteira da África*. São Paulo: Editora Felman-Rego, 1963.
- BOXER, Charles, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- BROWN, Kingsley R., «Women at War: An Evolutionary Perspective», *Buffalo Law Review*, 49, 1, 2001.
- CABRITA, Pedro, «Razão de uma luta», *Presença – Revista do Movimento Nacional Feminino*, 3, 5, 1964.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Lisboa: Ministério da Educação / Instituto Camões., 1992.
- CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril*. Amadora: Bertrand, 1977.
- COATES, Timothy, *Degredados e órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*. Lisboa: CNCDP/INCM, 1998.
- \_\_\_\_\_, «The Convent of Santa Mónica of Goa and Single Women in the *Estado da Índia*, 1550-1700», *Faces de Eva: Revista de Estudos Sobre a Mulher*, Vol. 8, 2002, pp. 67-82.
- \_\_\_\_\_, «Female Colonization in Portuguese Asia», *Santa Barbara Portuguese Studies II*, 1995, pp. 40-56.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, «As Mulheres e a Guerra Colonial: um silêncio demasiado ruidoso», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Abril, 68, 2004, pp. 31-41.
- DIAS, Gastão Sousa, «A Mulher Portuguesa na Colonização de Angola», *Portugal Maior – Cadernos coloniais de propaganda e informação*, n. 10, Luanda: Casa da Metrópole, 1947.
- FERREIRA, Ana Paula, «Malhas Que o Império Tece: Literatura Colonialista e Mulheres no Estado Novo», in *Actas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (org. T. F. Earle), Coimbra/Oxford: Lidel, 1998, pp. 647-655.
- \_\_\_\_\_, «‘Continentes Negros’ com o Nome de Portugal: O ‘Feitiço’ Colonialista de Maria Archer», *Discursos*, 13, Outubro, 1996, pp. 85-98.
- FERREIRA, J. Diniz, *A mulher nos céus de Portugal*. Lisboa: Edição do Autor, 1986.
- GIL, Irene, «A Mulher em Moçambique», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, Ano XXVI, n. 100, Setembro/Outubro, 1956, pp. 53-63.
- \_\_\_\_\_, «Alguns aspectos das nossas relações com os indígenas», *Associação de Naturais de Moçambique, Coleção Anambique*, n. 4, 1959.

- GRAZIA, Victoria de, *How Fascism Ruled Women Italy 1922-1945*, Berkeley, University of California Press, 1992.
- GOLDSTEIN, Joshua S., *War and Gender*, Cambridge: Cambridge UP, 2001.
- HIGONNET, Margaret et al. (orgs.), *Behind the Lines – Gender and the Two World Wars*, New Haven / London: Yale UP, 1987.
- JORGE, Lúcia, *A Costa dos Murmúrios*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.
- LETRIA, José Jorge; SERRANO, Miguel, «A escrita é mesmo a minha vida», *O Diário – Fim de Semana*, 5 Março, 1988, pp. 11-12 (entrevista a Lúcia Jorge).
- LORENTZEN, Lois Ann; Turpin, Jennifer (orgs.), *The Women and War Reader*, New York / London: New York UP, 1998.
- MARCUS, Greil, *The Dustbin of History*, Londres: Picador, 1997.
- MARTINS, Moisés de Lemos, «Uma solidão necessária à ordem salazarista: a família como terapêutica nacional», *Cadernos de Ciências Sociais*, 4, 1986, pp. 77-83.
- \_\_\_\_\_, *Mulheres*, 12 de Abril, 1979.
- OLIVEIRA MARTINS, Pedro, *Portugal nos Mares*, Lisboa: Guimarães Editores, 1994.
- PEDROSA, Inês, «Este é um livro sobre a violência», *Ler*, 1, 1988, pp. 9-13 (entrevista com Lúcia Jorge).
- PIMENTA, Maria Teresa Viegas, «As mulheres portuguesas na Guerra de 1914/18», *Cadernos da Condição Feminina*, 29, 1989, pp. 81-86.
- PIMENTEL, Irene Flusner, «Movimento Nacional Feminino», in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2, Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 639.
- RAMOS, Wanda, *Percursos – do Luachimo ao Luena*, Lisboa: Presença, 1981.
- RIBEIRO, Jorge, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto: Campo das Letras, 1999.
- SARAMAGO, José, *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, Lisboa: Caminho, 2003 (27.ª edição).
- SANCEAU, Elaine, *Mulheres Portuguesas no Ultramar*, Porto: Livraria Civilização, 1979.
- SANTO, Sílvia Espírito, *Adeus, até ao meu regresso – O Movimento Nacional Feminino e a Guerra Colonial (1961-1974)*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SILVA, Maria Regina Tavares da, *A Mulher – Bibliografia Anotada 1598-1998*, Lisboa: Cosmos, 1999.
- SOUSA, Boaventura, *Viagem ao Centro da Pele*, Porto: Afrontamento, 1995.
- VAKIL, Abdoolkarim, «At War with the Nation: Patriotism and the Gendered Discourse of Citizenship in WWI Portugal», *Ellipsis – Journal of the American Portuguese Studies Association*, 1, 1999, pp. 122-142.

**Outras fontes:**

- Arquivo Histórico Militar  
Arquivo Geral do Exército  
Arquivo Histórico da Força Aérea  
Arquivo do Ministério da Educação
- Decreto n. 18753, 15 Agosto, 1930 regularizado pelo Decreto n. 19768, *Ordem do Exército*, n.º 7, pp. 367-383, Maio, 1931.
  - Normas para Execução de Transportes aéreos pelos ATAM que regulam o Despacho n. 605, de 11 de Abril, 1964, do SEA, Arquivo Histórico da Força Aérea.
  - Decreto-lei n.º 49107, 7 Julho 1969, *Ordem à Aeronáutica*, n.º 7, 1.ª série, pp. 177-185. Também publicado em *Ordem do Exército*, 7 Julho 1969, n.º 7, 1.ª série, pp. 299-307.
  - Normas executoras do Decreto-lei n. 49107, 7 Julho 1969, 19 de Agosto de 1969, Arquivo Histórico da Força Aérea.
  - Regulamento para Transporte por conta do Estado de famílias de militares ao serviço no Ultramar, Anexo 2, 1970, Arquivo Histórico da Força Aérea.
  - Outra documentação referida ao longo do artigo, nomeadamente documentação relativa às listas de famílias a embarcar, requerimentos dos militares a solicitar as viagens para os seus familiares, correspondência das famílias, fazem parte do Arquivo do Depósito Geral de Adidos que consultei no Arquivo Histórico Militar.
- Agradeço aos directores e funcionários do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Geral do Exército, do Arquivo Histórico da Força Aérea e do Arquivo do Ministério da Educação pela generosidade com que atenderam os meus pedidos, pelos conhecimentos que me transmitiram e que permitiram o acesso a muito material, algum ainda não catalogado, onde recolhi grande parte da informação referida ao longo deste artigo. Agradeço também à *Revista Crítica de Ciências Sociais* (68, Abril, 2004) a autorização para a publicação de algumas partes deste artigo aí anteriormente publicadas. Por último, um agradecimento imenso e muito especial às mulheres que entrevistei e que me emprestaram as suas memórias da Guerra Colonial.